

## Indicador qualitativo de ruralidade em espaço regional metropolitano

*Cristina Maria Macêdo de Alencar<sup>1</sup>*

---

### RESUMO

O artigo apresenta como Indicadores Qualitativos de Ruralidade Metropolitana – IQRM a formulação de determinações compostas por variáveis descritivas que focalizam tensões decorrentes da coexistência dos modos de vida rural e urbano em região metropolitana. A coexistência está sintetizada na noção interpretativa de *ruralidade metropolitana*. Nos indicadores as determinações expressam, como evidências empíricas, tensões constituintes da ruralidade em espaço metropolitano.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento Regional; Relação Rural-Urbana; Indicadores de Ruralidade

---

### INTRODUÇÃO

A noção de desenvolvimento tem sido reinserida no debate das ciências sociais e da ação pública, quando se deveria estar colhendo os louros da orientação neoliberal em contraposição aos efeitos de experiências de dirigismo pelo Estado na implementação de diretrizes para o desenvolvimento econômico e social. Contudo, finaliza-se o século XX com intensificação dos problemas decorrentes da concentração de renda, das segregações raciais, étnicas, culturais (aqui se inserem as identidades religiosas, de modo de vida, etc.); com intensificação de movimentos sociais agrários, contra a globalização, a favor do ambiente natural, a favor da liberdade de opção sexual, de opção religiosa, entre outros. Nesse contexto, as desigualdades assumem caráter de injustiças sociais, justificando o aparecimento de intervenções públicas locais, regionais, nacionais e internacionais, chegando as Nações Unidas - ONU, em setembro de 2000, a estabelecer metas internacionais a serem cumpridas no milênio iniciado no século XXI, por seus 191 países-membros, tendo em vista o cumprimento de um compromisso compartilhado com a sustentabilidade do Planeta.

---

<sup>1</sup> Cristina Maria Macêdo de Alencar. Doutora em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pelo CPDA/UFRRJ; Professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social na Universidade Católica do Salvador - UCSal. Líder do grupo de pesquisa Desenvolvimento, Sociedade e Natureza. [cristinamm@ucsal.br](mailto:cristinamm@ucsal.br)

Esse contexto dá a relevância do surgimento de indicadores de desenvolvimento, capazes de traduzir índices como o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, passíveis de utilização em diferentes escalas, como ocorre com o IDH-M para a escala municipal. Contudo, críticas metodológicas apontam a insuficiência do IDH diante da multiplicidade de indicadores em uma sociedade (Fernandes; Silva; Batista, 2005). De todo modo, o IDH representa avanço em relação à concepção que considera o desenvolvimento como expressão do Produto Interno Bruto (PIB) **per capita** agregando bens e valores relativos, como pressuposto, às possibilidades de ampliação das escolhas das pessoas. A existência de múltiplos indicadores em uma sociedade decorre da complexidade da realidade social e, conseqüentemente, do processo de desenvolvimento em suas múltiplas adjetivações e múltiplos enfoques, o que inclui o rural e o urbano, o exógeno e o endógeno em diferentes escalas.

Neste artigo, focalizamos o desenvolvimento como um processo de transformação e, portanto, em permanente provisoriedade histórica, com múltiplas escalas e múltiplas determinações e com dimensões qualitativas nem sempre passíveis de representação por índices. Essa concepção incorpora críticas às concepções que focalizam no crescimento econômico, no desenvolvimento industrial e na inovação, o cerne do processo de desenvolvimento. As dimensões qualitativas são tratadas aqui como conteúdo das condições de vida observadas em escala regional, em território metropolitano, a partir de relações entre os modos de vida rural e urbano, ambos com questões sociais que justificam ações públicas com vistas à “sustentabilidade do planeta”. Portanto, estamos diante de uma questão de desenvolvimento e ao mesmo tempo diante de uma possibilidade metodológica de integrar em diagnóstico as diversidades socioeconômica e ambiental existentes nos modos de vida rural e urbano de pessoas que vivem em região metropolitana, caracterizando suas condições de vida e identidade social. Dessa possibilidade metodológica emerge o Indicador Qualitativo de Ruralidade Metropolitana, que reúne atributos sintetizados em cinco determinações constituídas como unidades dialéticas por variáveis que são termos de tensões entre o rural e o urbano.

30

## **O RURAL E O URBANO NA REGIÃO METROPOLITANA DO SALVADOR**

O rural e o urbano são noções que têm sido postas em antinomia a partir da adoção da razão iluminista e da industrialização no século XVIII. Muitos cientistas sociais têm examinado teoricamente essas noções, mas quando se trata de produzir conhecimento com possibilidade de aplicabilidade em termos de políticas de desenvolvimento, predomina a adoção de definições administrativas ou legais da OCDE, do IBGE dentre outros. Teoricamente, estamos privilegiando a imanência da natureza na constituição do rural, do que decorrem relações mais diretas entre homem e natureza. Na constituição do urbano estamos privilegiando a transformação da natureza em ambiente construído, do que decorrem relações mais mediadas em homem e natureza.

No espaço geográfico em que está situada a Região Metropolitana de Salvador – RMS, integrada pelos municípios de Salvador, Lauro de Freitas, Camaçari, Dias D'Ávila, Candeias, Simões Filho, Madre de Deus, São Francisco do Conde, Itaparica e Vera Cruz, o ambiente natural e o ambiente construído expressam tensões na relação entre o rural e o urbano que decorrem do modo de ocupação desse espaço frente suas características naturais. Nesse sentido, Mattoso (1992) caracteriza essa relação na Província da Bahia:

“Abaixo de oitenta metros de altitude, os solos do *horst* surgiram da alteração das rochas cristalinas: são, sobretudo, argilosos (caulinizados), mas firmes. Se horizontais, têm uma certa estabilidade, mas, nos declives mais inclinados, ocorrem freqüentes deslizamentos de terreno após chuvas fortes. Ainda hoje, algumas ruas são conhecidas pela instabilidade. Acima de oitenta metros encontra-se uma camada quase horizontal de sedimentos idênticos àqueles da região baixa, também jurássico-cretácea, que vai do fundo da baía ao noroeste da cidade. Essas argilas margosas, escorregadias, são ruins para os alicerces das casas, mas excelentes para as culturas. A rocha matriz do *horst* possui todos os elementos nutritivos necessários às plantas, inclusive o cálcio, mas os solos de decomposição antiga são lavados pela erosão, cabendo às raízes profundas distribuir internamente a alimentação necessária ao vegetal. As chuvas e o vento marinho trazem o iodo e o potássio. Sol e chuva nunca faltam. O subsolo é um verdadeiro reservatório de água para uma vegetação tropical úmida e luxuriante. Assim – e esta é uma das armadilhas da natureza – as terras onde foi edificada a cidade de Salvador são boas para hortas e pomares, mas não são recomendáveis para construção”. (Mattoso, 1992, p.46).

30 Novas tensões entre o rural e o urbano vão sendo estabelecidas e agregando dimensões políticas, econômicas e sociais que periodizam o processo de desenvolvimento até sua configuração como desenvolvimento regional. Assim é que ocorrem transformações como a instalação da cidade de Salvador na condição de metrópole colonial, com funções políticas, administrativas, portuárias e de comércio, onde existiam nações indígenas, posteriormente escravizadas, dizimadas e substituídas por escravos africanos. Essa dinâmica de desenvolvimento se insere na dinâmica geral de economia colonial exportadora com a identidade regional de Recôncavo<sup>2</sup>, em que a cidade de Salvador é compreendida na relação com seu entorno, em sua hinterlândia, até o século XIX. No início do século XX registra-se fraco dinamismo econômico na região até que, na década de 1960, o desenvolvimento passa a ser induzido como política de desenvolvimento regional pelo Estado através de incentivos fiscais do Fundo de Investimento do Nordeste –

<sup>2</sup> Kátia Mattoso (1992) diz que: “Recôncavo significa fundo de baía. Mas o Recôncavo baiano abrange todas as terras adjacentes, ilhas e ilhotas, bem para além das praias, vales, várzeas e planaltos próximos ao mar: uma orla de quase trezentos quilômetros torna bastante fácil a circulação, ainda mais porque numerosos rios se lançam na baía por amplos braços navegáveis. Longas praias, cortadas às vezes por um cabo rochoso, uma enseada pantanosa ou até algumas colinas, de baixa altitude, oferecem, quando a maré está baixa, uma espécie de caminho quase contínuo, suave ao pisar do viajante. Caminho de ronda que se insinua em todas as enseadas, costeia todas as ilhas e permite arrastar um barco até uma praia ao abrigo do vento” p.51.

FINOR, isenção do imposto de renda, investimentos da PETROBRÁS, créditos públicos do Banco Nacional de Desenvolvimento – BNDES e do Banco do Nordeste – BNB.

Com esse impulso de desenvolvimento, na década de 70 do século XX a diretriz de desenvolvimento regional que se consolida é a industrialização e a metropolização no espaço que, por decreto de Governo militar – Lei Complementar nº 14 de 08 de junho de 1973, passou a chamar-se Região Metropolitana do Salvador – RMS. O início da fase industrial na região ocorreu em Camaçari, no final da década de 1940 com as Indústrias Reunidas AZFA Ltda. Na década de 1950 o advento da prospecção de petróleo e de toda a estrutura da Petrobrás periodiza transformações para os municípios da Região do Recôncavo. Na década de 1970 o Governo do Estado da Bahia implantou as Regiões Econômicas como Regiões de Planejamento com o objetivo de atuar em escala regional. Na Região Metropolitana, uma Região Econômica que é parte da região geográfica do Recôncavo, é implantado o Complexo Petroquímico de Camaçari – COPEC, e se repete a tensão identificada por Mattoso em relação ao século XVI.

“Quando foi pensada sua (do Pólo) implantação, várias áreas da Bahia foram estudadas para isso. Desde os anos cinquenta, já se discutia onde implantar o que é hoje o Centro Industrial de Aratu, onde implantar o Pólo. Esse último foi implantado depois de uma grande discussão sobre o local. Optaram pelo terreno situado sobre o maior manancial de água subterrânea existente no litoral do Brasil, a região de Camaçari. ...o aquífero de São Sebastião que compreende as áreas do CIA e dos municípios de Candeias, Dias D’Ávila e Camaçari, na bacia hidrográfica do Rio Jacuípe, limitada ao sul pela bacia do Rio Joanes; ao norte, pela bacia do Rio Pojuca; a oeste pela bacia do Subaé e a leste pelo Oceano Atlântico. Os rios Capivara Grande e Pequeno, que recebem resíduos do Pólo, são os principais afluentes do rio Jacuípe.” (Nascimento, 2001, p.26, 44).

30 Na década de 1990, é a vez da indústria do turismo ganhar prioridade para o governo do Estado que, no início do século XXI, implanta também indústria automobilística com a inauguração da empresa FORD.

O perfil metropolitano da década de 1970 se assemelha àquele cuja origem remonta ao período da colonização portuguesa por decorrer de deliberações de Estado, exógenas, e por ..., respectivamente, ser território da metrópole colonial (Portugal) e ser uma das sete primeiras regiões metropolitanas do Brasil.

A condição metropolitana para a região instaura diversidade funcional sobre uma diversificada base rural, apropriada pelo capitalismo de hegemonia industrial (anteriormente mercantil). A exuberante biodiversidade da região torna-se, desse modo, recursos naturais que compõem a natureza na categoria de ruralidade, aparentemente invisível para a representação da região como metropolitana. Dito de outro modo, a natureza, quando apropriada como propriedade privada, passa a ser qualificada como recurso natural que é evidente para o modo de vida rural, mas que fica invisível sob a hegemonia metropolitana. Sete dos dez municípios que integram a RMS margeiam a Baía de Todos os Santos e com ela se relacionam como turismo e lazer, como objeto de trabalho, como via de transporte, como

referência cultural. Extenso litoral de mata atlântica em extinção e de vegetações não-nativas, rios doentes e rios sadios, fruteiros em quintais nas habitações de classes média e baixa, rearborização de vias públicas, áreas de proteção ambiental e mananciais hidrominerais são elementos indicativos da diversidade natural apropriada por capitais industriais, agropecuários, imobiliários e terciários, e da regulamentação pública dessa apropriação.

Até a década de 60, o Governo dirigia o desenvolvimento regional nessa região como Recôncavo (norte e sul), tendo em 1967, instituído o Conselho de Desenvolvimento do Recôncavo – CONDER, responsabilizado pelas diretrizes de planejamento urbano e regional. Em 1974 o Decreto nº 24.178 institui a Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador – CONDER, empresa mista do Estado como organismo executivo da política de planejamento regional, para atuar na área do Recôncavo norte; menor expansão territorial e maior concentração de desenvolvimento econômico.

Em 1998 a CONDER é expandida e passa a ser a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia, com a concepção de desenvolvimento integrado, implementada através de investimentos públicos em infra-estrutura urbana e social, recuperação e preservação do patrimônio histórico, cultural, turístico e ambiental. A égide urbano metropolitana e industrial do desenvolvimento regional é estendida para todo o Estado da Bahia “com base na política de desenvolvimento econômico e social do Estado” (<http://www.conder.gov>).

30 Na RMS o desenvolvimento regional configura-se como ordenamento sob diretrizes do Estado que, sendo hegemônico, se pretende homogêneo em termos de identidade territorial. De acordo com a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI, a RMS tornou-se a maior região econômica do Estado da Bahia em densidade populacional, volume de investimentos e PIB. Na região, o rural e o urbano coexistem sob tensões em atividades de agricultura, pesca, agroindústria, indústria, serviços, turismo e cultura implementados por sujeitos sociais empregadores, autônomos, donos de negócios familiares, assalariados, e em expressões culturais como festas, religiosidade, hábitos alimentares e valores societários, advindos dos modos de viver. Contudo, o rural, enquanto relação dos seres humanos com a diversidade natural na qual vivem, fica invisível sob as diretrizes governamentais que, portanto, não o contemplam.

Em várias partes do planeta chega-se à década de 1990 em tumultuada urbanização sobredeterminada pela indústria; sobrevivência no campo sendo transformada pelos padrões de sobrevivência na cidade industrial (os sistemas de agronegócios); qualidade de vida identificada com o conforto material ou relegada a um plano secundário diante da elegância dos modelos científicos e da exuberância do potencial tecnológico; cidade que se mostra incapaz de atender “in loco” a todas as expectativas de civilidade que ela inspira (melhorias habitacionais, sanitárias, educacionais e comunicacionais, cientificamente classificadas como próprias da cidade logo, estranhas ao campo) quer seja para sujeitos rurais ou urbanos.

Permanece a disputa entre o rural e o urbano pelos recursos naturais, quer na terra quer na água. Silva & Soares (1994), em diagnóstico oposto ao de Mattoso, consideram a RMS inadequada à produção agrícola, em um mercado de terras com preços elevados e com o critério de larga escala de produção da nova agropecuária da Bahia. Poder-se-ia investir em produção hortícola para abastecimento diário do mercado e em pecuária leiteira com tecnologia moderna em maior escala para otimizar o espaço. “Este diagnóstico respalda cientificamente a ausência de políticas para o desenvolvimento produtivo do setor agrícola na RMS, o que se expressa, inclusive, na ausência da carteira de crédito rural nas agências do Banco do Brasil em municípios da região” (Alencar, 2003, p. 40). As produções agrícolas, pecuárias e pesqueiras ainda aparecem registradas no Anuário Estatístico da Bahia que apresenta a produção agrícola da RMS com uma pauta de treze culturas agrícolas, tendo movimentado, em 1996, R\$ 6.891.000,00, fazendo circular 56.415 toneladas de alimentos. Não aparece o registro da produção hortícola feita em Salvador com tecnologia tradicional e sem cuidados sanitários e assistência técnica, nem produção de jaca, jenipapo, graviola e cupuaçu indicadas pelo zoneamento agrícola feito pela Secretaria de Agricultura -SEAGRI.

(...) “Os últimos cinquenta anos do século XX (...) no ordenamento territorial da RMS, as mudanças expressam uma vontade política que se implementa sob um vasto processo de desestruturação produtiva do setor primário. E a ciência positiva apropriada em todo o seu potencial instrumental liderou a formação de profissionais no âmbito tecnológico e no âmbito intelectual para dar organicidade a esse processo, (...) homogeneizar a diversidade da realidade social como se transformou policultura em monocultura, imprimindo à estrutura pluriativa do rural a estrutura monoativa da indústria, foi um processo que fugiu ao controle instrumental da ciência”. (Alencar, 2003, p. 71)

Nesse espaço de indeterminação é que emerge a representação do rural metropolitano.

30

## RURALIDADE METROPOLITANA

A relação campo e cidade, compreendida nos marcos do pensamento complexo, possibilita reconhecer a condição de rural e de urbano configurando um padrão de desenvolvimento em coexistência tensionada pela diversidade de modos de vida em relação com a natureza e sob a égide do capitalismo contemporâneo. A dinâmica metropolitana na RMS radicaliza a intensidade da condição urbana de aglomeração como evidência empírica e inspira a formulação da noção *ruralidade metropolitana* como recurso interpretativo à medida que dá elementos para requalificar o rural a partir das demandas das metrópoles e das questões ambientais. Trata-se de uma noção que resulta da reflexão sobre o rural vivenciado na relação com o urbano metropolitano, tomando-se a escala regional como unidade de referência.

A *ruralidade metropolitana* emergiu, como noção interpretativa, da contraposição de representações sociais sobre o rural, fundadas em conhecimentos científicos de diferentes disciplinas e experiências de ruralidades vivenciadas por sujeitos sociais em ambiente metropolitano. A partir das suas experiências de trabalho em atividades voltadas para o rural emerge um aprendizado crítico acerca do modo metropolitano de vida que aí se estabeleceu.

Em pesquisa realizada entre os anos de 2000 e 2003, adotou-se roteiro de entrevista para apreender a dinâmica da vida social como percebida por seus sujeitos nas relações que estabelecem entre o rural e o urbano, por vezes reconhecidos como campo e cidade respectivamente. Foram entrevistados cinquenta (50) trabalhadores no ano de 2002, residentes nos diferentes municípios da RMS e que estavam trabalhando o rural como meio (planejamento e extensão) ou como fim (em que a natureza é objeto de trabalho para a produção material e social da vida). Num primeiro momento, os sentimentos desses trabalhadores do rural, de todos os níveis de escolaridade, sobre a vida na cidade e a vida no campo, foram considerados sem hierarquia e agregados em nível regional. Dos sentimentos expressos nas falas dos trabalhadores apreende-se:

1. padrão de desenvolvimento contemporâneo monetarizando as relações econômicas e sociais na cidade (54%);
2. existência de diversidades de eventos e ritmos na cidade (33,2%);
3. sensações favoráveis à vida no campo (53,7%);
4. relações com a natureza favoráveis à qualidade de vida no campo (21,6%);
5. relações com a natureza condicionadas pelo padrão de desenvolvimento (17,5%).

30 Foram agrupadas como decorrentes do padrão de desenvolvimento contemporâneo monetarizando as relações econômicas e sociais na cidade, sensações de cansaço, de excesso de trânsito, de agitação, de estresse, de aprisionamento pela violência, de poluição, tensão e rotina, de segregações sociais, de ser boa apenas para o comércio, menos livre devido à monetarização, mais difícil devido à monetarização, onde o dinheiro é o valor maior, assim como sendo o lugar onde se viabiliza moradia, com condições normais de vida desde que se observe cuidado em relação a possíveis violências.

Na diversidade de eventos e ritmos na cidade se inclui a oferta de educação formal em interface com as sensações já relacionadas ao padrão de desenvolvimento como o excesso de ritmo, a rotina e a viabilização da moradia. Essa interface está sendo considerada para qualificar a diversidade na cidade como decorrente do avanço do conhecimento científico, tendo em vista que sua performance dominante é a produção de inovações tecnológicas materiais e imateriais.

Foram agrupadas como sensações favoráveis à vida no campo, inspiradas na relação com a cidade (27,9%), sensações de mais liberdade devido à não-monetarização, sem agitação, com pertencimento, em transformação de melhorias a partir das relações com a cidade, mas também o campo é identificado com o

lugar de onde se quer sair para buscar conforto. Outras expressões favoráveis à vida no campo foram consideradas como sensações de satisfação subjetiva da vida rural (25,8%), envolvendo felicidade, lazer, relaxamento, higiene mental, prazer, relações mais humanas, sem causar prejuízo a outrem, com felicidade na contradição.

As relações com a natureza - que é o elemento cuja existência é considerada aqui a variante na configuração do rural como categoria interpretativa – foram agregadas como favoráveis à qualidade de vida no campo e condicionadas pelo padrão de desenvolvimento (39,1%). As relações que qualificam favoravelmente a vida no campo são sensações de vida saudável, renascer, oportunidade de viver sem agrotóxicos; de pertencimento e de fonte da vida para o campo e para a cidade. As relações com a natureza, que estão condicionadas pelo padrão de desenvolvimento, são de: vida cansada pela intensidade e peso do trabalho direto na atividade primária, excluída dos benefícios sociais, produtivos e das conquistas da humanidade, sem condições de sobrevivência, concorrendo em condições desiguais com os grandes, morrendo por poluição.

As sensações agregadas como decorrentes do avanço do conhecimento revelam exclusão das condições de justiça social e estão associadas ao padrão de desenvolvimento e às inspirações da cidade como: a dificuldade de usufruir as conquistas da humanidade, a exclusão dos benefícios sociais e produtivos, o morrendo pela poluição por grandes empresas e de onde se quer sair para buscar o conforto. Nesse sentido, os sentimentos inspirados pela vida urbana e pela vida rural, em pessoas que trabalham com o rural, revelaram insatisfações e satisfações que marcam essas pessoas como seres humanos. Isto evidencia nos modos de vida rural e urbano ensinamentos do que é favorável e do que é desfavorável ao ser humano.

30 A noção de ruralidade metropolitana focaliza o aprendizado construído por trabalhadores do rural como atividade-meio ou como atividade fim, no âmbito da vivência do urbano industrial como indicado de desenvolvimento. Desse modo, não está em questão formular mais definição de rural que, concordando com Kageyama (2004), é uma discussão praticamente inesgotável, ou se é o urbano que está sendo ruralizado ou o rural sendo urbanizado. O que está em questão é a qualidade do desenvolvimento humano, em processo histórico que se estabelece na relação entre o rural e o urbano, culturalmente segregados pelo industrialismo (Cornell, 1998). Dito de outro modo está em questão a relação entre sociedade e natureza na configuração de desenvolvimento.

## INDICADORES QUALITATIVOS

Na classificação de fenômenos sociais, como representação da *ruralidade metropolitana*, o desafio está em não perder a subjetividade presente no modo de vida e nos valores sociais e culturais que fazem do rural um mundo complexo em

lugar da sua classificação como atividade produtiva do setor primário, ou intersetorial (agroindustrial).

A formulação de indicadores qualitativos referenciados na *ruralidade metropolitana* objetiva a apropriação de evidências empíricas que tensionam os modos de vida rural e urbano, condicionando a afirmação das experiências de ruralidade imersas em ambiente onde a urbanidade é metropolitana. Nesses termos, o processo de desenvolvimento regional é qualificado como dinâmica relacional entre o rural e o urbano em coexistência; os indicadores qualitativos são Indicadores Qualitativos de Ruralidade Metropolitana – IQRM, com conteúdos objetivos e subjetivos, em coerência com a abordagem complexa que fundamenta epistemologicamente a pesquisa, podendo ocorrer quantificação de subjetividades e, portanto, de variáveis metaeconômicas (Schumacher, 1983)<sup>3</sup>. O IQRM reúne determinações constituintes de tensões nas relações entre o rural e o urbano, dada a anterioridade histórica do rural ao urbano e desse ao industrial urbano metropolitano, imersos nessa anterioridade do rural.

O IQRM – como também os IDH, IRQV, IQVU, IDR e IPRS – questiona criticamente o padrão civilizatório. Nessa crítica, em primeira instância, está o modo de vida que o avanço tecnológico associado à organização capitalista da sociedade imprimiu como padrão metropolitano de desenvolvimento, distanciando o ser humano de sua condição de ser natural e opondo a experiência urbana à experiência rural. Em segunda instância está o aprendizado que esse modo de vida possibilitou às pessoas que têm vivência de ruralidade no ambiente metropolitano, cuja dinâmica lhe é antagônica. Entretanto, o que há de novo no IQRM é, além de requerer uma interpretação que inverta a relação cidade – campo para campo e cidade, e trata essa relação como inteira e aberta (Alencar & Moreira, 2005), chamar a atenção para condições de coexistência entre ruralidade e urbanidade a serem catalisadas para superação do padrão atual.

30 Na primeira fase da pesquisa foram formulados sinais de padrão civilizatório em que o ser humano, a natureza e o conhecimento científico foram requalificados a partir das relações redefinidas pela vivência de ruralidade em estreita e intensa interação com urbanidade metropolitana (Alencar, 2003). A vivência de ruralidade está pautada no trabalho realizado para a produção material da vida dos seres humanos, um ser concreto que tem identidade, que trabalha e pensa, apesar dos

---

<sup>3</sup> A construção dessa metodologia se distingue de outras metodologias que estão sendo desenvolvidas para a formulação de novos índices que expressem qualidade de vida, inspirados no Índice de Desenvolvimento Humano – IDH adotado pelas Nações Unidas. São exemplos: Fernandes & Silva & Batista (2005) com o Índice Relativo de Qualidade de Vida – IRQV para análise da qualidade de vida nos Estados brasileiros; Torres & Ferreira & Dini (2003), com o Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS, Angela Kageyama (2004) expõe o Índice de Desenvolvimento Rural – IDR, que reúne os aspectos populacional, econômico, social e ambiental do desenvolvimento, e Lemos & Esteves & Simões (2005) com o Índice de Qualidade de Vida Urbana – IQVU, utilizando técnicas estatísticas de análise fatorial, multivariadas, e de correlação, respectivamente, que desagregam escalas e dimensões da realidade social. Contudo, partilha com essas metodologias a compreensão de que o desenvolvimento humano é o paradigma para além da dimensão econômico-monetária.

constrangimentos impostos pela necessidade de sobrevivência. A importância do trabalho como sobrevivência dos trabalhadores do rural na RMS coexiste com outras importâncias como: atuar no social / respeito e valorização do ser humano, difusão de tecnologia, capacitação do pequeno produtor para ficar no campo, reintegração no todo / encontro com a natureza / educação ambiental, oportunidade de ação cidadã-crítica, favorecimento de potencialidade de desenvolvimento do país, levar benefícios econômicos e sociais, favorecer e dispor de vida saudável. À produção material de suas vidas esses trabalhadores agregam os sentidos de produção de vida social, de sustentabilidade, de cidadania, respeito e valorização humana e social.

A experiência de ruralidade, ao estar sendo referência para os sentidos do trabalho, é interpretada como espaço social em que se opera desenvolvimento humano; da interação entre rural e urbano emergem possibilidades de uma práxis transformadora, distributiva das conquistas humanas favoráveis à melhoria da qualidade de vida, no campo e na cidade. No ser humano identificam-se sentimentos sobre a vida na cidade e a vida no campo que ilustram exemplos e contra-exemplos do atual padrão civilizatório, o que foi examinado como desenvolvimento em escala regional. Sentidos como esses e como os que dão conteúdo ao paradigma do desenvolvimento humano são considerados como meta econômicos e necessários à sustentabilidade.

Admitido o desenvolvimento humano mobilizado no trabalhador pela experiência de ruralidade, o IQRM deve expressar a identificação de interseções entre padrão de desenvolvimento, avanço do conhecimento, cidade e campo, a partir de determinações que agregam atributos da ruralidade metropolitana a serem analisados qualitativamente.

30 A análise em escala regional possibilitou a formulação de noção interpretativa cuja expressão em termos de determinações possíveis de serem examinadas no real concreto requer observação empírica em escala que objetive visivelmente o fenômeno em suas intersecções. Nesse sentido, concordamos com Brandão (2004, p. 61), apud Castro (2003, p. 127), ao destacar que “na realidade, todo fenômeno tem essa dimensão de ocorrência, de observação e de análise mais apropriada. A escala é também uma medida, não necessariamente do fenômeno, mas aquela escolhida para melhor observá-lo, dimensioná-lo e mensurá-lo”.

Procedeu-se, então, à identificação em escala municipal, dos usos da natureza que compõem o perfil econômico de um dos municípios da RMS, classificando as atividades quanto aos elementos da natureza utilizados diretamente e indiretamente (rurais, urbanas e rural-urbanas). Para o município de Lauro de Freitas, primeiro a ser pesquisado, foram listadas atividades formais catalogadas em publicações locais de divulgação empresarial. A condição de uso direto e indireto diz respeito, respectivamente, ao elemento da natureza menos ou mais manufaturado/industrializado. Portanto, estabelecendo uma relação mais direta ou mais mediada com a natureza externa ao homem, está sendo categorizado como:

a) Usos diretos (D) – a exemplo de água para consumo humano, animal, ou vegetal (plantio); produtos **in natura**; matérias-primas sem processamento industrial;

b) Usos mediados (M) – energia elétrica; produtos beneficiados ou industrializados; matérias-primas industrializadas;

c) Uso duplo (Ud) – quando as duas condições de uso (D e M) estão associadas.

Depois de categorizadas, as atividades foram então classificadas como predominantemente rurais (D), urbanas (M) ou rural-urbanas (Ud).

Simultaneamente, foram identificados 131 eventos em outros veículos de comunicação e trabalhos acadêmicos nos quais se percebia disputa pelo uso rural ou urbano da natureza, o que foi categorizado em termos de tensões rural-urbanas como:

a) “Tensão pela apropriação da natureza” – apropriação da natureza por disputas entre o econômico e o não-econômico, diferentes usos econômicos, o rural e o urbano, o urbano e a natureza;

b) “Usos geradores de riscos ambientais” – produção de riscos e eventos ambientais;

c) “Usos da natureza em atividades culturais” – uso cultural como recursos naturais (transformação em produto, a exemplo, artesanal) e como natureza (relação simbólica ou em atividade-fim, a exemplo de esportes).

30 O conteúdo das tensões foi qualificado a partir da formulação de cinco determinações que agrupam variáveis denominadas independentes e dependentes, e por dimensões predominantes nas variáveis - dentre as dimensões econômicas, culturais, políticas, naturais, subjetivas e de sociabilidade -, já apreendidas na escala regional do fenômeno. Para testar a validade das determinações relacionou-se cada uma delas aos eventos geradores de tensões; todas as determinações, isoladamente ou em conjunto, foram identificadas na configuração das tensões. Assim, as determinações e suas variáveis não têm conteúdo *a priori* e sim como resultado de um processo histórico da realidade social, o que torna muito ampla a diversidade de ocorrências das variáveis. As variáveis independentes se referem aos elementos que condicionam as determinações e as variáveis dependentes se referem aos elementos condicionados ou decorrentes das independentes, identificando possibilidades de intervenção. Como determinações foram formuladas cinco sínteses de relações entre atributos de ruralidade metropolitana, a saber:

a) Determinação Geoambiental tensiona ao opor leis, demarcações, denúncias de riscos ou eventos ao uso em questão.

b) Determinação Rural tensiona ao permanecer usos mais diretos da natureza, quer produtivo, social, simbólico ou cultural.

c) Determinação Urbana quando usos de forma mais mediada por processos ou instrumentos tecnológicos tornam menos evidente a existência da natureza.

d) Determinação do Modo de Ocupação denota ritmo e modo de apropriação da natureza condicionada pela hegemonia da acumulação capitalista.

REDES, Santa Cruz do Sul, v. 12, n. 2, p. 109-126 mai./ago. 2007

e) Determinação do Conhecimento Científico expressa usos da natureza justificados ou contestados pela autoridade das descobertas ou explicações científicas expressas em tecnologias de processo, de organização ou de equipamentos.

Nos quadros anexos, 1 e 1a, estão os conteúdos das determinações, por agrupamentos de variáveis classificadas como independentes e dependentes e por dimensões predominantes nas variáveis. As dimensões (econômicas, culturais, políticas, naturais, ambientais, subjetivas e de sociabilidade) foram apreendidas ainda na escala regional do fenômeno, enquanto as determinações e as variáveis foram elaboradas a partir da desagregação empírica para o município.

A título ilustrativo, mencionaremos a seguir tensões rural-urbanas, classificadas de acordo com as categorias anteriormente mencionadas, identificando as determinações – rurais, urbanas, geoambientais, do modo de ocupação e do conhecimento científico – que as constituem:

1) Usos da natureza em atividades culturais.

“A construção da nova pista dupla de 4,5km que vai ligar a Estrada do Coco, na altura da base aérea, à praia de Ipitanga, em Lauro de Freitas, vai beneficiar o desenvolvimento turístico e econômico-social da região (‘Surgiram hotéis, pousadas, restaurantes, lojas e todo tipo de empreendimento ligado ao turismo e ao lazer, gerando emprego e renda para a população’ afirma o secretário de planejamento, turismo e meio ambiente de Lauro de Freitas, Jorge Augusto Novis Filho)”. (via expressa de 4,5 km vai ligar a Estrada do Coco a Ipitanga, 2004). DG; DU; DMO.

A Determinação Geoambiental da tensão está no fato de que o local onde se localiza a pista dupla era resquício de mata atlântica onde famílias rurais produziam em pequena escala e criavam pequenos animais, o que dá conteúdo às Determinações do Modo de Ocupação pela finalidade de acumular capital em atividades mais lucrativas, enquanto a opção pela criação de infra-estrutura de transporte para fazer evidência à Determinação Urbana.

30

2) Usos geradores de riscos ambientais.

“Ainda se evidencia a existência de mata rasa resultante de espaços desmatados por corte raso. A antropização é bastante evidenciada na região e no lago do Joanes II encontra-se a margem direita desmatada para implantação de cultura de subsistência. Foi observada a escassez da fauna, provavelmente devido à descaracterização da floresta nativa. A diminuição cada vez maior das áreas florestais contribuiu para que as populações animais se reduzissem em função da destruição de seu **habitat** e das fontes de alimento”. (Pereira, 1994). DG; DR; DMO.

Essa tensão geradora de riscos ambientais à Determinação Rural está na implantação de áreas de cultivo enquanto a redução da biodiversidade dá o conteúdo da Determinação Geoambiental e a continuidade do processo de destruição do ecossistema sinaliza a Determinação de Modo de Ocupação, em que o ritmo e a forma de uso da natureza degradam progressivamente o meio ambiente.

### 3) Tensões pela apropriação da natureza.

“Conforme a Constituição Estadual, no capítulo relativo ao Meio Ambiente, as dunas são consideradas como áreas de preservação permanente. Infelizmente, na área de estudo, quase todo o lençol dunário já foi desmatado e ocupado por condomínios e loteamentos como Miragem, Vilas do Atlântico, Praia de Ipitanga, Egus Clube do Cavalo e o Jockey Clube de Salvador. Todos esses empreendimentos são de classe média alta e classe alta, e fazem uma verdadeira barreira ao acesso para a praia, privatizando praticamente quase todo o litoral de Lauro de Freitas”. “No caso do Condomínio Vilas do Atlântico, houve uma ocupação da área que fora prevista, anteriormente, para parque – Parque Buraquinho – pelo Plano da Orla Marítima elaborado pela Prefeitura Municipal de Camaçari, Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas e CONDER. Constatou-se, também nos trabalhos de campo, que, tanto nesse condomínio como em outros, os lotes que ficam de frente para a praia geralmente avançam seus limites em direção à faixa de preamar, usando um artifício que praticamente se tornou regra geral: para burlar a Constituição do Estado da Bahia – 1989 que diz que os empreendimentos só podem ser construídos, com muros, a 60 metros da mais alta preamar, faz-se um muro até o limite real do lote e avança-se quase o dobro com uma cerca. Ou seja, o terreno é aumentado irregularmente, permanecendo em ‘engorda’”. (Lacerda; Mello; Cunha. 1992)

DG; DU; DR; DMO

“Sendo as bacias (Hidráulicas) III, II e I patrimônios ambientais e tendo em vista as ações predatórias e degradantes ocorridas, seja por deficiência por parte do poder jurídico, institucional político-social e a atividade empresarial, essas atitudes destrutivas do meio ambiente revelam não só a separação entre interesse particular e interesse comunitário, como também uma perda completa da noção efetiva do homem enquanto parte integrante da natureza. Ou a deficiência vem de uma entidade que deveria ter um vasto conhecimento sobre a questão, mas que, no entanto, ajuda a destruição e a degradação do meio ambiente”. (Pereira, 1994).

30 DG; DU; DR; DMO; DCC.

As tensões por apropriação da natureza envolvem disputas em torno de propriedade privada ou pública da terra com os demais elementos naturais do espaço, bem como em terras de finalidade da apropriação. Nos eventos aqui relativos as Determinações Geoambientais estão vinculadas à infração a leis ou à fragilidade da esfera pública em relação ao meio ambiente. A relação direta dos homens com a natureza pelo reconhecimento de sua importância enquanto tal dá o conteúdo das Determinações Rurais em forte intersecção com as Geoambientais. As Determinações Urbanas se referem aos usos residenciais em condomínios com a formação de mercado imobiliário e à infra-estrutura de abastecimento de água pelo represamento de rios, o que se articula com as Determinações do Modo de Ocupação pela propriedade privada, usos empresariais e especulativos, compondo a dinâmica funcional do município e se sobrepondo ao interesse público, enquanto o conhecimento científico das ciências humanas e das naturais instrumentaliza técnica e juridicamente as ações.

As determinações que tensionam os modos de vida rural e urbano, na *ruralidade* metropolitana, se constituem historicamente pela correlação de forças entre as dimensões da realidade social que predominam nas variáveis, como pode ser visto nos Quadros 1 e 1a. Devido às intersecções das múltiplas determinações da *ruralidade metropolitana*, é possível afirmar a presença de todas aquelas dimensões nas variáveis. Contudo, utiliza-se a predominância como recurso metodológico indicativo do quadro de possibilidades a serem consideradas hierarquicamente quando da concertação política para intervir no espaço como território. Isso é, as dimensões predominantes representam os campos de interesse que necessariamente precisarão ser contemplados na proposição de políticas, programas ou projetos de intervenção.

A formulação de determinações compostas por variáveis descritivas, em escala municipal, adequou a interpretação teórica da relação campo e cidade elaborada em escala regional, apreendendo evidências empíricas localizadas. Operacionaliza-se o quadro conceitual com variáveis compondo as determinações objetivas que tensionam a coexistência dos dois modos de vida num dado território. Com os elementos de tensão identificados e analisados como IQRM é possível nortear decisões de intervenção territoriais, reconhecendo-se que território é uma construção social sob disputa e cooperação em torno do lugar onde se vive.

Em suma, IQRM é o conjunto de *relações entre determinações, variáveis e dimensões predominantes nas tensões entre o rural e o urbano em ambiente metropolitano* que configuram uma dinâmica territorial. Em condições de *ruralidade metropolitana* é possível inferir pelo IQRM, elementos para tomada de decisão sobre diretrizes de desenvolvimento regional que privilegiem uma coexistência rural-urbana na qual se potencializem conquistas humanas empreendidas em meio aos constrangimentos à sustentabilidade a favor da vida humana, inerentes ao modo de produção capitalista.

Quadro 1a - Determinações, variáveis independentes e dimensões predominantes em territorialização municipal como tensões rural-urbanas - RMS/2005						
	Variáveis	Dimensões Predominantes				
<i>Determinações das tensões</i>	<i>V. Independentes</i>	<b>E S C P Sj N A</b>				
<i>Determinações Geoambientais</i>	Aptidões Naturais	x				
	Funcionamento Ecosistêmico	x				
	Riscos naturais para o uso humano	x	x			
	Áreas de preservação e conservação ambiental		x			
	Aptidões para o uso humano	x	x			
<i>Determinações Rurais</i>	Imanência com a natureza		x			
	Localização com evidência material da natureza		x			
	Existência de paisagens com predomínio da natureza		x			
	Relações mais intensas com ritmos naturais	x	x	x		
	Apropriação dos recursos naturais como setores econômicos contemporâneos (turismo ecológico, rural, e culinária rural)	x				
<i>Determinações Urbanas</i>	Evidência de elementos construídos (redes de infraestrutura, edificações...)	x	x		x	
	Intensidade de uso (densidade demográfica...)	x	x	x	x	
	Existência de paisagem modificada pela substituição de elementos naturais por elementos construídos	x	x			x
<i>Determinações do Conhecimento Científico</i>	Teorizações herdadas	x	x			x
	Teorizações reexaminadas	x	x	x		
	Surgimento das ciências ambientais	x	x		x	x
<i>Determinações do Modo de Ocupação</i>	Condição metropolitana de desenvolvimento	x	x	x	x	
	Acumulação de capital	x	x	x	x	

Fonte: Elaboração a partir de tensões identificadas pela pesquisa "Territorialização e (in)sustentabilidade rural-urbana em Lauro de Freitas-BA, 2005.

Dimensões Predominantes: E- Econômicas; C- Culturais (envolve conhecimento científico e experiência); S- Sociabilidades; P- Políticas; Sj- Subjetivas; N- Naturais; A- Ambientais.

Quadro 1b - Determinações, variáveis dependentes e dimensões predominantes em territorialização municipal como tensões rural-urbanas - RMS/2005								
Determinações das tensões	Variáveis	Dimensões Predominantes						
	V. Dependentes	E	C	S	P	Sj	N	A
<i>Determinações Geoambientais</i>	Desestruturação Ambiental (dejetos, poluição industrial)	x						
	Riscos por antropização	x						x
	Eventos Ambientais	x						x
	Recuperações e remediações ambientais	x						x
	Redefinição de aptidões para o uso humano	x						x
<i>Determinações Rurais</i>	Localização com evidência simbólica da natureza		x				x	
	Naturalização de relações espirituais		x				x	
	Motivações de pertencimento ao mundo rural (cultura de origem, cultura almejada)		x				x	
	Relações com a cidade	x	x	x			x	
	Menor mediação técnica entre ser humano e natureza não humana		x					x
	Memória nostálgica de ritmos e relações diretas com a natureza		x				x	
	Diversidade natural exuberante na memória dos moradores antigos		x					
	Diversidade natural exuberante na expectativa dos visitantes		x	x			x	
	Deslocamento forçado da base produtiva	x		x	x			
Ações de preservação e conservação ambientais		x			x			x
<i>Determinações Urbanas</i>	Maior mediação técnica entre ser humano e natureza não humana	x	x		x			
	Relações mais intensas com os ritmos tecnificados	x	x					
	Motivações de pertencimento ao mundo urbano (cultura de origem, cultura almejada)		x	x			x	
	Tendência à homogeneização de espaços onde ocorre diversidade natural e cultural	x	x					
	Fixação local de base produtiva	x	x		x			
	Formação de mercado de terras para fins residenciais, com segregação econômica	x	x	x	x			
	Conurbação	x	x	x	x			
<i>Determinações do Conhecimento Científico</i>	Classificações já estabelecidas (IBGE, INSS, ...)	x	x					
	Noção "cluster"	x	x					
	Noção "ser natural humano"		x				x	
	Inversão do pólo heurístico da relação "cidade-campo" para "campo-cidade"		x	x	x	x	x	x
	Identificação de novos ícones de ruralidade (inclui a questão ambiental como resposta do rural ao padrão de desenvolvimento vigente)	x	x				x	x
	Produção de classificação permeável dos fenômenos (interpenetrações de fronteiras e superposições)	x	x	x	x			x
	Reconexão entre rural e urbano	x	x	x	x	x		x
Reconexão entre escalas (do local ao global)	x	x	x	x			x	
<i>Determinações do modo de ocupação</i>	Inobservância do funcionamento ecossistêmico (relativo a elementos naturais de preservação do ecossistema; degradação, riscos e eventos ambientais)	x	x		x			
	Propriedade privada de recursos naturais	x	x		x			
	Atividades por enquadramento econômico (extrativismo, agropecuária, indústria, comércio, serviços, formação de mercados)	x			x			
	Atividade por enquadramento social (recreação, esporte)	x	x	x	x			
	Atividades por enquadramento cultural (práticas religiosas, afro descendentes, ...)	x	x	x	x	x		
	Dinâmica populacional	x	x	x	x			
	Dinâmica funcional (multifuncionalidade municipal)	x	x	x	x			
	Segregação social e funcional do espaço	x	x	x	x			
	Paisagem (empreendimentos econômicos "rurais e urbanos")	x	x	x		x		x
	Governabilidade Municipal	x	x	x	x			
	Operacionalização de diretrizes governamentais de política econômica	x	x		x			
	Reestruturação produtiva no município	x	x		x			

Fonte: Elaboração a partir de tensões identificadas pela pesquisa "Territorialização e (in)sustentabilidade rural-urbana em Lauro de Freitas-BA, 2005.

Dimensões Predominantes: E- Econômicas; C- Culturais (envolve conhecimento científico e experiência); S- Sociabilidades; P- Políticas; Sj- Subjetivas; N- Naturais; A- Ambientais.

---

## Qualitative indicator of rurality in a metropolitan area

### ABSTRACT

The paper presents as a Qualitative Indicator of Rurality in a Metropolitan Area the formulation of descriptive variables that focus the tensions due to the coexistence of rural and urban ways of life in a metropolitan area. The coexistence is syntetized on the notion of metropolitan rurality. In those indicators, as empirican evidences, are present the tensions embedded in the concept of rurality in a metropolitan area.

**Keywords:** Regional development; rural and urban relations; rurality indicators.

---

### BIBLIOGRAFIA

ALENCAR, C. M. M. de; MOREIRA, R. J. *Campo e cidade metropolitanos: uma noção inteira para pensar o desenvolvimento humano contemporâneo*. In: MOREIRA, R. J. (Org.) *Identidades sociais – ruralidades no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

ALENCAR, C.M.M. de. *Campo e rural na metrópole: sinais de um padrão civilizatório*. Tese de doutorado (Programa de Pos Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). UFRRJ/ CPDA. 2003. 183 p.

ALENCAR, C.M.M. de. (2003) *Ruralidade metropolitana*. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL EL MUNDO RURAL: TRANSFORMACIONES Y PERSPECTIVAS A LA LUZ DE LA NUEVA RURALIDAD. Bogotá: D.c.out. a CD-Rom.

BRANDÃO, C. A. *Teorias, estratégias e políticas regionais e urbanas recentes: anotações para uma agenda do desenvolvimento territorializado*. Revista Paraense de Desenvolvimento, Curitiba, n.107, p.57-76, jul./dez. 2004.

30 CORNELL, E. , Elias. *Arquitetura da relação campo e cidade*. Brasília: Editora Alva, 1998. 192 p.

DALL, L.B.; SIQUEIRA, A.; MACHADO, Z. M. L. *Influência Ambiental nas Bacias hidráulicas do rio Ipitanga*. Monografia (VI Concurso de Planejamento e Administração de Recursos Ambientais. VI CURPLAN) – Universidade Católica do Salvador, Salvador. 1991.

FERNANDES, E. A.; SILVA, R. G.; BAPTISTA, A. J. M. S. *Índice Relativo de Qualidade de Vida brasileiro: uma alternativa ao índice de desenvolvimento humano*. Redes, Santa Cruz do Sul, v. 10, n. 1, p. 85-101, jan./abr. 2005.

KAGEYAMA, A. *Desenvolvimento Rural: Conceitos e um exemplo de medida*. *Cadernos de Ciências e Tecnologia*, Brasília, v.21, n.3, p.375-408. 2004.

REDES, Santa Cruz do Sul, v. 12, n. 2, p. 109-126 mai./ago. 2007

LACERDA, G. M.; MELLO, M. S.; CUNHA, S. B. *Parcelamento e Ocupação do Solo: Implicações Ambientais no Município de Lauro de Freitas – BA*. Monografia (Curso de Planejamento e Administração de Recursos Ambientais para a América Latina e Caribe – VII CURPLAN). – Universidade Católica do Salvador, Salvador. 1992.

LEMOS, M. B.; ESTEVES, O. A.; SIMÕES, R. F. *Uma metodologia para construção de um Índice de Qualidade de Vida Urbana*. Nova Economia, Belo Horizonte, v. 5, n.2, p. 157-176, dez. 1995.

MATTOSO, K. M. de Q. *Bahia do século XIX: uma Província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Alvorada, 1992.

MOREIRA, R. J. *Economia política da sustentabilidade: uma perspectiva neomarxista*. In: COSTA, L. F. C. e BRUNO, R. MOREIRA, R. (Org.). Mundo Rural e Tempo Presente. Rio de Janeiro: MAUAD, 1999.

PEREIRA, M. do C. N. *Comprometimento ambiental nas bacias hidráulicas do Rio Joanes*. Monografia (Curso de Especialização em gestão ambiental, área de aprofundamento em Auditoria e qualidade Ambiental). – Universidade Católica do Salvador, Salvador. 1994.

SCHUMACHER, E. F. *O negócio é ser pequeno*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

TORRES, H. G.; FERREIRA, M. P.; DINI, N. P. *Indicadores sociais: por que construir novos indicadores como o IPRS*. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v.17 n. 3-4, jul./dez. 2003.

*VIA Expressa de 4,5 km vai ligar Estrada do Coco a Ipitanga*. Expressão Jornal, Lauro de Freitas, Ano 4 , Edição 69, Agosto 2004. Especial, p. 3.

<http://www.conder.gov>